

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade

3



William Roslindo Paranhos
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2022

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade

3



William Roslindo Paranhos
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



História: espaços, poder, cultura e sociedade 3

Diagramação: Daphynny Pamplona
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: William Roslindo Paranhos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História: espaços, poder, cultura e sociedade 3 /
Organizador William Roslindo Paranhos. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0038-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.387222503>

1. História. 2. Sociedade. I. Paranhos, William Roslindo
(Organizador). II. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A obra “História: Espaços, poder, cultura e sociedade 3” propõe uma discussão científica, partindo de uma perspectiva interdisciplinar, em torno da análise de processos históricos da humanidade, por intermédio de trabalhos diversos que compõem seus onze capítulos. O volume abordará, de maneira categorizada, textos acadêmicos que se caminham através de vários séculos, discutindo dispositivos que serviram, e ainda servem, como reguladores, normatizadores ou, até mesmo, como potencializadores do cenário social.

A riqueza desta publicação consiste, sobretudo, na interdisciplinaridade que, a todo instante, é valorizada nas produções, à começar pela pluralidade de campos do conhecimento que debatem, convergem e divergem acerca de conceitos teóricos e empíricos, pela representatividade de instituições de ensino e pesquisa de renome no país, por conta das diversas abordagens e metodologias utilizadas e, por fim, em virtude de escopos bastantes distintos, mas que buscam, em sua essência, investigar fenômenos sociais bastante próximos.

Por mais que o termo “história” nos leve, teimosamente, a pensar e refletir, tão somente, acerca de acontecimentos do passado, este livro nos convida a aprofundar nossa capacidade dialética e possibilitar que conceitos tidos como ortodoxos se tornem contemporâneos o bastante a fim de instrumentalizarem nossas análises e discussões sobre os tempos modernos. É o exercício de olhar para o passado, considerá-lo e criar, a partir dele, uma analogia com o contexto atual. As pessoas autoras provam que isso é possível, e eu diria, também, necessário.

Outro ponto bastante importante de ser destacado e valorizado neste volume é sua proposta em criar um repositório de conhecimento onde as pessoas que fazem a academia existir e ser o que é, possam realizar buscas, pesquisas, constatações, aproximações, enfim, tudo aquilo que as permita construir o preceito básico, ou ao menos o que deveria ser, de toda sociedade moderna: a construção da consciência crítica.

Deste modo, “História: Espaços, poder, cultura e sociedade 3” apresenta uma teoria bem fundamentada acerca de resultados alcançados no processo de pesquisa por pessoas docentes e acadêmicas, que desenvolveram seus trabalhos a fim de contribuir com o avanço das ciências e os quais serão aqui apresentados. Sabemos da importância, cada vez mais urgente, de se valorizar a atividade científica e, por tal razão, é que também destacamos o valoroso da Atena Editora que, por meio de seu renome no campo editorial, é capaz de oferecer uma plataforma consolidada, a fim de que essas pessoas possam expor e divulgar seus trabalhos, conquistando seu merecido reconhecimento.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

SAPATEIRO PERDE PARA A SAPATÃO”: REPRESENTAÇÕES E RESISTÊNCIAS NA IMPRENSA PARAENSE (1980-1990)


Júlio Ferro Silva da Cunha Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3872225031>

CAPÍTULO 2..... 10

A FIGURA FEMININA NAS PRIMEIRAS RODAS DE SAMBA: UMA PESQUISA SOBRE OS ESTUDOS PRODUZIDOS SOBRE O SAMBA NO SÉCULO XX


Ana Vitória Campos Pompeu e Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3872225032>

CAPÍTULO 3..... 19

OLHARES PARA O OPRIMIDO: VARIAÇÕES DA PINTURA SOCIAL MODERNA NO BRASIL


Luciana de Fátima Marinho Evangelista

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3872225033>

CAPÍTULO 4..... 29

O PAPEL DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO ENSINO DA ARTE PERANTE A DIVERSIDADE CULTURAL

Ismeinem Vieira de Faria Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3872225034>

CAPÍTULO 5..... 43

CONTRUÇÕES HUMANAS: COMPREENDENDO OS CONCEITOS DE RELIGIÃO E CULTURA NAS PROSPECTIVAS DAS INTOLERANCIAS PERPETUADAS EM FACE DAS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRO-BRASILEIRAS

Elisaura de Fátima Martins Carrijo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3872225035>

CAPÍTULO 6..... 53

O ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA: ESTRATÉGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E SUPERAÇÃO DO RACISMO


Sebastião de Assis Ribeiro





 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3872225036>

CAPÍTULO 7..... 65

HETEROGESTÃO E AUTOGESTÃO: UM ESTUDO SOBRE OS PROJETOS SOCIOEDUCACIONAIS DE ALIENAÇÃO *VERSUS* EMANCIPAÇÃO - UMA ÓTICA ANARQUISTA

Luana Aparecida Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3872225037>

CAPÍTULO 8	78
O MATRIMÔNIO NO <i>FUERO REAL</i> DE ALFONSO X, O SÁBIO	
Eliezer dos Santos	
Jaime Estevão dos Reis	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3872225038	
CAPÍTULO 9	90
POR UMA VIDA DEVOTA: <i>FILOTEIA</i> (1609), DE SÃO FRANCISCO DE SALES, NO CONTEXTO DA REFORMA CATÓLICA	
Giovana Eloá Mantovani Mulza	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3872225039	
CAPÍTULO 10	100
A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA DE 1911	
Sofia Vicente Vagarinho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.38722250310	
CAPÍTULO 11	110
A GUERRA FRIA E OS MOVIMENTOS CIVIS: O MACARTHISMO E O MEDO COMUNISTA	
Augusto Machado Rocha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.38722250311	
SOBRE O ORGANIZADOR	121
ÍNDICE REMISSIVO	122

CAPÍTULO 11

A GUERRA FRIA E OS MOVIMENTOS CIVIS: O MACARTHISMO E O MEDO COMUNISTA

Data de aceite: 01/02/2022

Augusto Machado Rocha

Professor do Curso de História da UniRitter, Porto Alegre, RS - Brasil. Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – UEM Maringá, PR – Brasil.

RESUMO: O objetivo deste trabalho é o de refletir quanto a construção dos movimentos pelos direitos civis, pensando em sua formação – bem como das dificuldades advindas do contexto do macarthismo e da vinculação de tal movimento ao medo comunista. Partindo da formação dos movimentos negros que buscavam por uma maior integração com o sistema, visamos compreender como o contexto do anticomunismo gerou um sentimento amplo de receio e medo para com quaisquer ideias de mudança. Como conclusão percebemos a forma como a luta afroamericana foi singularizada enquanto uma ação comunista tendo como objetivo criar a aversão a valores integrantes, frente ao desejo – majoritariamente sulista – da manutenção de uma noção de supremacia branca.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos Civis; Integração e o medo comunista; Macarthismo.

THE COLD WAR AND CIVIL MOVEMENTS: MCCARTHYISM AND COMMUNIST TREAT

ABSTRACT: The objective of this work is to reflect on the construction of civil rights movements, thinking about their formation - as well as the difficulties arising from the context of McCarthyism and the link of such movement to communist fear. Starting from the formation of black movements that sought greater integration with the system, we aim to understand how the context of anti-communism generated a broad feeling of apprehension and fear towards any ideas of change. In conclusion, we perceive the way in which the African-American struggle was singled out as a communist action aiming to create an aversion to integral values, in the face of the desire – mostly southern – of maintaining a notion of white supremacy.

KEYWORDS: Civil Movements; Integration and communist fear; McCarthyism.

INTRODUÇÃO

A história dos Movimentos Civis, no que se refere ao cenário dos Estados Unidos, não possui uma data específica de início ou de final, tendo em vista a continua presença de preconceitos e construções visando a separação social e política. No auge destes movimentos, nos anos 1950 e 1960, pode ser percebida a forma como eles foram compreendidos não enquanto uma forma de justiça, mas sim enquanto uma ação de elementos comunistas.

A ideia de os movimentos pelos direitos civis estarem atrelados apenas ao mundo político das relações e distinções entre capitalismo e comunismo é uma simplificação indevida. Ações correram os Estados Unidos como um todo, mas ao atrelarmos nossa análise ao estado Arkansas podemos perceber a forma com a qual uma ampla luta foi simplificada. Na capital do referido estado, Little Rock, podemos notar um dos eventos que marcam o princípio dos amplos movimentos civis, nesse caso atrelado ao sistema educacional, no que ficou conhecida como a Crise de Central High, de 1957.

Essa conhecida crise despertou um olhar mais atento para a problemática da perpetuação da instituição segregacionista, culturalmente representadas através do ditame das “Leis de Jim Crow”. Uma vez que cenas das agressões e ameaça sofridas pelos primeiros nove estudantes afroamericanos que ingressaram em uma escola antes tida como apenas “de brancos” rodaram o país, ampliando as percepções relativas a problemática de um regramento que agredia a todos e a todas.

Nas cenas registradas em frente a Central High percebemos como a grande maioria dos cartazes e materiais apresentados pelos manifestantes contrários a integração do ambiente escolar chamava a medida de comunista. Ou seja, acima de tudo havia o receio de que a presença dos jovens negros pudesse de fato ser uma ideia advinda do grande inimigo pintado pelo macarthismo: o comunismo soviético.

Como percepção da simplificação dessa compreensão cabe refletirmos sobre duas frases que estão presentes na entrada do Central High Museum, para além da 14ª Emenda, somos apresentados a duas citações. A primeira, de Daisy Bates, afirma que: “o que está acontecendo em Little Rock transcende a ideia de segregação e integração – é uma questão sobre o que é certo e o que é errado”. A segunda, de Melba Pattilo, uma das nove de Central High, afirmando que “depois de três dias inteiros dentro de Central, eu sei que Integração é uma palavra muito maior do que havia pensado”.

Ou seja, o movimento ia para além de uma percepção da divisão do mundo, de acordo com o ditame genérico relativo a Guerra Fria: capitalista de um lado e comunistas do oposto. Os movimentos civis eram uma tentativa de mudar a sociedade, em razão das desigualdades empreendidas e solidificadas no país desde o fim do período da Reconstrução, no pós-Guerra da Secessão, porém foram compreendidos ou representados enquanto elementos de uma suposta ameaça comunista. De tal forma, o objetivo de tal reflexão será o de pensarmos nas formas e motivações que levaram a esse movimento ser compreendido dentro do espectro do medo comunista.

OS MOVIMENTOS PELOS DIREITOS CIVIS

Quando se fala sobre o período dos movimentos civis, relativo a história dos Estados Unidos, dois são os principais ensejos: o movimento pacifista, atrelado ao contexto da guerra do Vietnã, e o movimento pela igualdade étnica-racial. Porém, é importante que

se tenha em mente que esta ação social teve um marco muito maior do que apenas estes dois polos, tal qual afirmaram Frances Piven e Richard Cloward (1977, p. xix). A luta por maiores e melhores direitos pode ser traçada desde o contexto da Crise de 1929, onde – principalmente – o mundo do trabalho foi palco de uma reconstrução em defesa de novas e melhores possibilidades, ambiente que acabou incentivado pelo contexto da Segunda Guerra Mundial. Ao mesmo tempo, como iremos discutir ao longo deste texto, foi muito em razão desta luta no ambiente de trabalho que trouxe uma vinculação dos movimentos civis a campos de ideias que viriam a ser consideradas subversivas, por incorporarem “valores comunistas”.

No que se refere ao movimento das comunidades afroamericanas é importante salientar que por muito tempo tiveram dificuldade de lutar por novos e melhores direitos e qualidade, uma vez que a política de “separados, mas iguais” gerou um peso tremendo para a organização da questão social. Como Robert Jefferson sugere (2003, p. 1004), foi em parte as dificuldades da II Guerra Mundial que trouxeram com força uma nova discussão relativa à posição dos afroamericanos, fomentando um novo ativismo que seria um dos caminhos para que fomentaram os movimentos civis das décadas seguintes a guerra. Como o autor aponta, o retorno e a preocupação com veteranos de guerra negros originaram uma esperança relativa à mudança da realidade e das práticas segregacionistas (2003, p. 1006). Porém, para além do contexto do conflito mundial é importante a reflexão de que já haviam outras forças e vozes envolvidas em um movimento que buscava por uma melhor condição e possibilidade para as populações exploradas.

Podemos apontar que o discurso discriminatório que embasou a retórica da segregação, relativa as populações afroamericanas, estava ligado a um problema estrutural. As imagens e falas feitas e a difusão de um imaginário relativo aos afroamericanos difundiram uma ideia próxima ao chamado ‘saber de opinião’, conceito formado por Patrick Charaudeau (2006, p. 583). De acordo com o autor, o ‘saber de opinião’ está vinculado e baseado em juízos de valores adquiridos e partilhados por meio de grupos sociais. Ou seja, ainda que seja um valor passível de contestação ele afirma um valor de verdade e impõem um real baseado no costume, que muitas vezes acaba por impedir uma percepção da realidade. Com relação às políticas de segregação, houve a construção de um saber de opinião coletiva, onde foi realizado o julgamento de um grupo a respeito de outro, possuindo um caráter qualitativo que buscava por diminuir o outro, no caso, os afroamericanos.

Nesse sentido, reforçamos, a estrutura discriminatória fazia parte dos estados do norte e do sul, a única variação estava na escala como essas medidas segregacionistas eram impostas. No campo da educação o movimento para o fim dessas barreiras teve início nos anos 1920 e 1930, como iremos detalhar a frente, tendo para além de outros espaços como Igrejas e organizações sociais, a liderança e o apoio da Universidade de Howard. Porém, para além desses esforços, foi com o período pós Segunda Guerra Mundial que as relações políticas que amparavam a segregação começaram a ser questionadas “por

todos” e atacadas, em busca de seu fim.

Houve a perspectiva para “os negros americanos, de que os anos 50 foram anos de esperança, tal como os anos 40 tinham sido os do despertar. No clima de euforia econômica, não duvidavam de que o único obstáculo à sua participação na prosperidade geral era a” discriminação social (MELANDRI, 2000, p. 188).

Em tal sentido, é importante compreender que o papel do movimento trabalhista, muito desenvolvido por forças consideradas do espectro de esquerda, oportunizaram no contexto posterior a Crise de 29, apoio e oportunidade para muitos trabalhadores e trabalhadoras negras. O que os movimentos civis inicialmente geram é um espaço de trabalho, que com o decorrer dos anos 1930 se solidificou em razão do esforço de guerra.

Logo, tendo em vista que o movimento trabalhista esteve por muito tempo atrelado aos esforços do Partido Comunista por novos espaços e possibilidades, como aponta Ellen Schrecker (1999), é viável entender a construção que levou o movimento pelos direitos civis, das comunidades afroamericanas, a serem compreendidos enquanto comunistas. E nesse cenário é importante distinguir os dois movimentos, o civil e o dos direitos civis. Enquanto o primeiro buscava por uma mudança macro da sociedade, dentro de diversos elementos, o segundo está inserido nesse, porém se destacando por incorporar a luta específica de uma população constantemente atacada e silenciada.

A ruptura das estruturas sociais que já esteja na base dos movimentos civis gerou uma série de mudanças ao redor dos Estados Unidos, porém essas alternâncias despertavam um certo medo relativo ao desconhecido. Ao somarmos a questão dos direitos civis, uma luta muito necessária a partir das comunidades afroamericanas, temos uma tentativa de rompimento com os preconceitos arraigados na sociedade e a problemática advinda de tal construção. Foi esse receio de uma mudança, somada a construção de um inimigo externo, que estaria infiltrado na sociedade estadunidense que permitiu a construção de uma ideia que essa alteração seria de perfil comunista.

A forma “simples” como o discurso do anticomunismo, personificado pelo macarthismo, foi o que possibilitou a fomento para que o cidadão médio dos Estados Unidos compreendesse que a mudança social buscada pelos movimentos civis era de índole comunista. Para compreendermos essa construção e seus efeitos é importante se refletir sobre a forma como se deu essa “caça às bruxas”, destinada a apontar os inimigos internos, os agentes que estariam atuando para romper com o *American way of life*.

O MACARTHISMO

A construção do Macarthismo pode ser percebida enquanto um elemento da guinada resultada da troca do governo estadunidense, a partir da posse de Truman, em 1945. Enquanto a política de Roosevelt havia sido de diálogo para com os soviéticos e de primeiras mudanças internas, no que se refere ao campo do trabalho e social, Truman não

manteria as mesmas percepções. Como apontou o historiador Melvyn Leffler (2010, p. 68), a “tarefa de Truman, portanto, e de seus conselheiros, à medida que a Segunda Guerra Mundial chegava ao fim, era usar o poder americano para forjar um ambiente internacional conducente ao modo de vida americano”. Ainda, ao indicar que “o novo presidente acreditava que os Estados Unidos eram o país de Deus, a cidade sobre a colina, o exemplo de uma civilização superior”, somos remetidos a uma retomada do Destino Manifesto, ou seja, de uma percepção de que os Estados Unidos e seu modelo deveria ser seguido enquanto um exemplo basilar (LEFFLER, 2010, p. 68).

A retomada desse valor ideológico, que mais de cem anos antes havia impulsionado a corrida para o oeste, tornou-se um elemento fundamental para a construção de um novo adversário ou perigo: a União Soviética. Como apontam Melvyn Leffler e Vladimir Pechatnov (2010), as condições militares soviéticas, no pós-guerra não era das melhores, ainda que com um grande contingente militar atrelado ao exército, sua marinha e aeronáutica eram defasadas e o país necessitava passar por uma ampla reconstrução, em razão da invasão nazista. Logo, o perigo temido por Truman e seus aliados estaria no campo ideológico, ainda mais somado aos receios de uma nova crise econômica e social no pós-guerra, que poderia fortalecer o campo socialista. Como afirmavam os aliados de Truman, ao planejarem a reconstrução do pós-guerra e formas de lidar com este novo adversário, eles “deveriam se concentrar em iniciativas econômicas em vez de rearmamento militar. A principal ameaça soviética não era militar. era político e psicológico. Os soviéticos não arriscariam uma guerra” (LEFFLER, 2010, p. 77).

Ou seja, o enfrentamento nesse novo conflito que se desenhava, mais do que militar seria ideológico. Porém, se em uma guerra aberta é possível apontar e definir o adversário e sua postura, quando são as ideias que entram no centro da disputa as relações tornam-se mais difusas. É nesse cenário que a postura do senador republicano Joseph McCarty (1908-1957) projeta uma figura relativa ao inimigo interno e ao perigo comunista, impactando a vida de diversas comunidades e, em nosso contexto, aproximando a construção dos movimentos civis enquanto uma ação fomentada a partir do Kremlin.

Ponto importante de salientarmos, é que apesar da perseguição ao comunismo no âmbito do interior dos Estados Unidos ter sido apelidada de Macarthismo, ela vai muito além deste personagem caricato do período. Como Ellen Schrecker afirmou em seu livro *The Age of McCarthyism: A Brief History with Documents* (2001, p. 1): “embora McCarthy tenha ganhado notoriedade no auge dessa cruzada [contra o comunismo], sua carreira como anticomunista de grande liga durou apenas quatro anos, de 1950 a 1954”. Ou seja, a perseguição ao possível inimigo ideológico esteve muito além do que a figura de seu simbólico líder, porém vinculou-se a um personagem caricato visando sua ampliação e aceitação, de certa forma.

O espectro da luta contra este adversário é corroborado por Schrecker ao indicar que o “impulso contra o comunismo que dominou a política americana durante os primeiros

anos da Guerra Fria teve muito vida mais longa, começando já em 1946 (ou mesmo 1939) e estendendo-se até a década de 1960” (2001, p.1). O que se percebe a partir dessa datação apresentada pela historiadora estadunidense é que o anticomunismo foi um sentimento construído e ampliado em paralelo a expansão dos movimentos dos civis, principalmente nos anos de 1950 e 1960.

Em tal sentido é fundamental se compreender a prática denominada enquanto macarthismo enquanto uma defesa a valores próximos a um conservadorismo, ou seja, ao afastamento de qualquer ideologia que se afronta o *American way of life*, desenvolvido ainda do pré-crise de 1929. E nesse sentido, cabe refletirmos que os Estados Unidos deste período estavam fortemente imbuídos das políticas de separados, mas iguais – que legislava a segregação, bem como do renascimento e fortalecimento da Klan, a partir de 1915. Ou seja, o mundo que era buscado enquanto ideal era um de preconceitos, de silenciamentos e de afastamentos, dominado por uma elite branca e capitalista, distante das ideias e perigos vindos do mundo socialista soviético. Sob essa percepção, podemos refletir que se:

para o cidadão mediano estadunidense, a Guerra Fria representava o perigo da agitação comunista enraizada e espalhada pelo país e pelo mundo, da subversão da ordem, do risco da imposição da ditadura “totalitária” e da iminente ameaça de um ataque nuclear soviético. Dessa perspectiva os EUA eram o país da oportunidade, da abundância, da liberdade e da tolerância, mas tudo isso se encontra em permanente ameaça em consequência da subversão comunista patrocinada pela URSS e por seus aliados (MUNHOZ, 2020, p. 188).

Ou seja, se para o estadunidense mediano o conflito seria por liberdade, pela defesa de um espaço de tolerância e aceitação, é importante notarmos que na prática as noções de liberdade e igualdade não são postas em ação. De certa forma, é viável então se perceber o macarthismo enquanto uma construção que se vinculava a manutenção de uma ordem que negava seus próprios problemas e preconceitos, de tal forma gerando uma concepção dos movimentos civis enquanto comunistas.

Os movimentos civis são construídos, em sua miríade de ações e discursos, a partir da percepção das injustiças que marcavam a realidade dos Estados Unidos, ao longo dos anos 1950 e 60, podemos e devemos destacar a luta das comunidades afroamericanas por melhores condições e uma maior justiça. Ou seja, era apontada uma falácia na ideia da liberdade e igualdade advinda do *American way of life*, algo que acordo contrastava com a ilusão de um paraíso que era fundamentada pela distinção simplista baseada na bipolaridade do cenário mundial. Ao apontar os vícios do sistema estadunidense e iniciar uma luta pela mudança, os movimentos civis acabam por serem apontadas enquanto comunistas, dentro das bandeiras do macarthismo em razão de serem uma defesa por mudanças, um apontamento das imperfeições do sistema. Ou seja, o macarthismo e o receio frente a ameaça comunista, destacam as diversas ações vinculadas a tal movimento

pois elas indicariam mudanças, imperfeições e, na realidade, esses dois seriam os verdadeiros perigos dentro desta guerra ideológica.

O ESPECTRO ANTICOMUNISTA E SUA DISSEMINAÇÃO, VINCULADA AO MEDO DA MUDANÇA

O medo que uma perspectiva de mudança trazia para as grandes elites da sociedade estadunidense são um impacto fácil de compreender, porém, podemos apontar a singularidade do anticomunismo nos territórios conhecidos como *Deep South*¹, onde na alteração representaria o rompimento com uma preconceituosa noção de divisão social. A mudança, neste cenário seria a igualdade em um meio onde a única distinção era a questão étnico-racial, que acabava por elevar o status da população branca, sem importar sua condição social, perante qualquer membro da comunidade afroamericana.

É importante apontar que a vinculação do comunismo com a ideia de luta – advinda dos movimentos civis dos anos 1950 e 1960 – pode ser recuperada desde os anos anteriores a Segunda Guerra Mundial. Como aponta Ellen Schrecker, ao indicar que foi o partido comunista estadunidense uma das primeiras organizações a defenderem diversas reformas sociais. A historiadora ainda indicaria que de todos as reformas buscadas nenhuma foi “tão marcante como na área das relações raciais. Durante grande parte das décadas de 1930 e 1940, o Partido Comunista foi uma das poucas organizações políticas não especificamente dedicadas aos direitos civis para clamar pela igualdade racial” (SCHRECKER, 1999, p. 9)

Ou seja, percebemos que o comunismo, de forma generalizada, ia na contramão dos principais agrupamentos políticos do país ao defender uma noção de igualdade no mundo do trabalho que decididamente não era popular. A luta por direitos iguais já ocorria nos Estados Unidos antes da década de 1930, sendo importante destacar a ação da Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor (NAACP), fundada em 1909, esteve continuamente em ação pelo combate as políticas segregacionistas e pela igualdade de direitos - atuando no nível de apoio individual a famílias, bem como apoio legal quando necessário, através de advogados. Em tal cenário, ao longo das décadas de 1910 e 1920 se destaca o importante papel de tal organização na luta contra a segregação no ambiente de ensino, inicialmente superior, para então voltar-se para o básico, tendo sua atuação consolidada no caso *Brown vs Kansas Board of Education*². Logo, a luta do movimento

1 A região definida como Sul, de acordo com a geografia dos Estados Unidos, e' composta pelos seguintes estados - que durante a Guerra Civil optaram por se separar da união: Alabama, Arkansas, Carolina do Norte, Carolina do Sul, Flórida, Geórgia, Louisiana, Mississippi, Tennessee, Texas, Virgínia. Sendo que o Sul profundo (deep South) seria considerado como a região sul do interior dos estados do Alabama, Carolina do Sul, Geórgia, Louisiana e Tennessee.

2 Esse caso, na realidade, foi um somatório de ações voltadas para a questão de superar-se a segregação escolar, teria sido somado a experiências na Carolina do Norte, Virgínia, Delaware e Washington D.C. O nome do caso faz referência aos acontecimentos da cidade de Topeka, no Kansas, em 1951, onde se deu o prosseguimento a uma luta que daria nome a série de movimentos que buscava pela igualdade ao acesso de ensino, bem como ao fim da segregação, de maneira geral, mas com foco principal nos sistemas de ensino, o caso *Brown vs. Kansas Educational System*. Em 1952, quando a Suprema Corte buscou ouvir e unir todos os casos de segregação no sistema de ensino, ao caso *Brown vs. Kansas Educational System*, criou-se uma grande expectativa, em virtude da dualidade da situação: ou a corte romperia com uma política que permitia a segregação ou seria leniente e permitiria a continuidade de tal prática. O judiciário

negro já existia e tinha um impacto social, porém o que diferencia o partido comunista ao se juntar a essa causa é que é uma agremiação política, algo que antes não havia ocorrido – principalmente após o período de Reconstrução posterior a Guerra da Secessão (1863-1873).

Logo, torna-se possível compreender – em partes – a forma como o movimento pela igualdade dos direitos civis se confunde com o comunismo, não por questões teóricas ou alinhamentos imediatos, mas por ter sido um grupo político em defesa daqueles ideais indicados na Declaração de Independência e Constituição. Como indica Schrecker um dos principais espaços de atuação do movimento comunista, na década de 1930, foi o suporte à inserção das populações afroamericanas no ambiente de trabalho, algo para qual o esforço da Segunda Guerra Mundial foi fundamental. Ou seja, uma porta de apoio e suporte ao movimento negro foi justamente a construção de caminhos para a atuação profissional em espaços que, anteriormente, teriam sido negados em razão da segregação.

Mas com o fim desse segundo conflito mundial, ainda que muitos dos trabalhadores afroamericanos tenham mantido seu emprego, a atuação política e de defesa desses interesses realizadas pelo partido comunista começaram a ser atacadas e silenciadas. Como indicou Ellen Schrecker (1999, p. 10) “a cruzada anticomunista trouxe boa parte desses esforços ao fim”, uma vez que já não haveria força política para lutar por mudanças sociais – tendo em vista que o alinhamento dessas estariam com o espectro comunista da sociedade.

Nesse cenário é importante destacar a problemática da visão dicotômica de uma divisão do mundo entre capitalistas e comunistas. Como esse movimento, dentro do mundo do trabalho, em prol dos direitos civis, que mais do que uma vinculação com o comunismo internacional, buscava por direitos básicos, sendo atacado e diminuído por uma simplificação das relações. Porém é justamente esse ato de simplificar o outro ao papel de “inimigo comunista” que amplia o sentimento de medo para com qualquer mudança social significativa. O anticomunismo, em sua ampliação e aceitação pela sociedade, tem sua marca ao indicar que qualquer alteração seria perigosa e deveria ser atacada e, em tal formulação, o medo é um produto de fácil venda, gerando diversos estereótipos.

Justamente a noção que foi construída no governo Truman, relativo ao perigo ideológico proveniente da União Soviética, foi o motor de fomento desse afastamento de

nacional passou um ano discutindo a questão, gerando incertezas com relação à questão - em outubro de 1953 o então Chefe de Justiça Fred Vinson faleceu, sendo então empossado como Chefe de Justiça, o antigo governador da Califórnia, Earl Warren que, em 1954, chegou a um veredito unânime. A decisão da Suprema Corte foi proferida no dia 17 de maio de 1954, por Earl Warren que buscou por um voto, unânime, contra a perpetuação das práticas segregacionistas, no sistema de ensino. Em sua decisão é possível notar a contrariedade para com as políticas que reafirmavam os valores de “separados, mas iguais”: [...] A segregação de crianças brancas e de cor em escolas públicas possuem um efeito danoso nas crianças de cor. O impacto é maior ainda quando tal prática é sancionada por lei, pois a política de raças separadas é normalmente interpretado como a denotar a inferioridade das comunidades Negras... [...] Qualquer visão contrária a essa perspectiva é rejeitada.[...] Concluímos que na esfera da educação pública a doutrina de “separados, mas iguais” não tem espaço. Uma educação em instituições separadas é inerentemente desigual”. (Supreme Court of the United States, *Brown v. Board of Education*, 347 U.S. 483 (1954)). Tal fala foi retirada da decisão da Suprema Corte, disponível em: <<http://objectofhistory.org/objects/show/lunchcounter/90>>, acessado em: 08 de setembro de 2021.

qualquer ideia que estivesse atrelado ao imaginário relativo a este inimigo: o comunismo. O medo foi um fator tão amplo nessa construção que com o macarthismo o próprio argumento estadunidense de ser uma terra de oportunidades e liberdade foi atacado por seus construtores. Como indica Sidnei Munhoz (2020, p. 192-193),

com o crescimento dos conflitos entre as potências globais, a perseguição político-ideológica tornou-se exacerbada tanto no campo soviético quanto no estadunidense. Nos EUA, entre 1950 e 1954, o macarthismo violou a democracia, invadiu a privacidade de milhares de pessoas, monitorou e impôs o silêncio aos meios de comunicação, restringiu a liberdade acadêmica e provocou a expulsão e o ostracismo de centenas de docentes, estudantes e pesquisadores universitários (CHOMSKY, 1997). Naquele contexto, as sessões da *House Un-American Activities Committee*, transformadas em verdadeiros espetáculos e transmitidas ao grande público, faziam o cidadão médio estadunidense acreditar que o seu país estava prestes a ser invadido por forças comunistas.

Ou seja, o medo foi construído, disseminado e apresentado enquanto uma possibilidade próxima e imediata – mesmo que na prática não fosse algo tão real quanto sua representação. A forma como a ameaça comunista foi trabalhada principalmente pelos poderes políticos criou uma atmosfera de perigo e receio, onde a difusão de informação prejudicava as relações “comuns”, apesar de cumprir com seus interesses e objetivos políticos.

Nesse contexto, podemos compreender a forma como lideranças do movimento negro, por exemplo tiveram suas vidas constantemente acompanhadas e espionadas, aqui apontando o caso de Malcolm X e Martin Luther King Jr. Esses personagens, bem como diversos outros, eram compreendidos como forças de uma mudança que criaria disfunções na sociedade, gerando alterações que seriam compreendidas ou defendidas enquanto negativas. A forma de exposição das informações relativas ao comunismo criou o medo relativo a toda uma realidade de diferenças, simplificando os movimentos civis a uma noção de desordem, atrelado ao perigo comunista.

Pouco se percebia a importância dessa mudança buscada pela ação das comunidades afroamericanas, muito mais do que uma ideologia comunista, era uma luta por saúde, por educação. Em um trabalho de recuperação de memórias relativas aos primeiros estudantes negros a ingressarem em escolas integradas, Lisa Corrigan capta a noção de Terrence Roberts, hoje com 79 anos, e um dos primeiros estudantes integrados em Little Rock, Arkansas, de que ainda hoje o tempo de comemorar ainda não chegou, há um longo caminho para se percorrer, visando à conclusão do processo iniciado nos anos 1950.

Com essa fala apresentada por Lisa Corrigan (2018) indicamos como o medo do comunismo foi uma construção que silenciou muitas populações e lutas, negando espaços e possibilidades. Os movimentos civis foram singularizados pelo desinteresse de muitos grupos na questão da igualdade étnico-racial, pois isso moveria em preconceitos muito

arraigados no horizonte dos Estados Unidos. O verdadeiro medo que se construiu foi o pela mudança, por novas possibilidades e vozes, bem como os impactos que essas trariam.

O discurso do macarthismo era simples, o anticomunismo não era uma bandeira nova ou de difícil assimilação, o que gerou sua “aceitação” simples por uma grande parcela da população, principalmente em regiões onde outros preconceitos já estavam arraigados. É nesse cenário que podemos compreender a vinculação dos movimentos civis com certas percepções dos ideais comunistas, mais do que um enfrentamento deste “novo” adversário, era uma defesa dos velhos valores e preconceitos, forma de garantir uma manutenção das estruturas, frente ao medo advindo das mudanças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história dos movimentos civis é complexa e diversa, indo muito além do contexto da Segunda Guerra Mundial ou mesmo da Guerra Fria. Esse movimento envolveu a classe trabalhadora, os pobres, o movimento pacifista, negro e outros, ou seja, foi mais diverso do que em muitos momentos somos levados a compreender. Porém, em sua faceta inicial, principalmente atrelado ao período posterior a Crise de 1929, bem como ao mundo do trabalho e da superação da pobreza ele acabou vinculado a ideias e uma luta que teve como principal polo o Partido Comunista, como se percebe pela escrita de Ellen Schrecker.

Em tal sentido, precisamos compreender a própria peculiaridade do movimento pelos direitos civis, vinculados a uma longa luta da população afroamericanas, inseridos dentro deste contexto geral. E é, em razão desta lente macroscópica que podemos compreender a forma como a luta pela voz e pelo espaço das populações negras confundiu-se com a luta anticomunista, pois este movimento buscava por uma mudança estrutural necessária, porém negada.

O que faz com que o movimento afroamericano por direitos seja em muitos momentos taxado como negativo é que o imaginário relativo a essas populações era imbuído de um grande e antigo preconceito, dificultando uma compreensão nova. A construção de um “inimigo interno”, desenvolvida pelo anticomunismo serviu como desculpa para se combater novas ideias e construções, de tal forma impactando a compreensão relativa a uma necessidade de alteração de políticas, no que tange a direitos básicos necessários para populações que tiveram uma história de opressão e agressão, frente aos ideais de liberdade e igualdade que fundamentaria a nação estadunidense.

REFERÊNCIAS

CORRIGAN, L. The (Re)segregation Crisis Continues: Little Rock Central High at Sixty. *Southern Communication Journal*, v. 83, nº 2, p. 65 – 74, 2018.

CHARAUDEAU, P. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2006.

JEFFERSON, R. Race, Disability and Black – World War II Veterans in Postwar America. *The Historian*, v. 65, nº. 05, p. 1102 – 1124, 2003.

LEFFLER, Melvyn. The emergence of an American grand strategy, 1945–

1952. In: LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne (ed). **The Cambridge History of the Cold War**. New York: Cambridge University Press, 2010, v.1, p. 67-89.

MELANDRI, P. **História dos Estados Unidos desde 1865**. Lisboa: Edições 70, 2000.

MUNHOZ, Sidnei J. **Guerra Fria: História e Historiografia**. Curitiba, Appris, 2020.

SCHRECKER, Ellen. The Age of McCarthyism: A brief History with documents. Boston: Bedford Books, 2001.

SCHRECKER, Ellen. *McCarthyism's Ghosts: Anticommunism and American Labor*. Joseph S. Murphy Institute, City University of New York. Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/40342219> (acesso: 01/mar. 2021)

PIVEN, F; CLOWARD, R. POOR PEOPLE'S MOVEMENTS: Why They Succeed,

How They Fail. New York: Vintage Books, 1977.

PECHATNOV, Vladimir. The Soviet Union and the World, 1944–1953. In:

LEFFLER, Melvyn; WESTAD, Odd Arne (ed.). **The Cambridge history of the Cold War**. New York: Cambridge University Press, 2010. p. 90-111. v. 1.

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAM ROSLINDO PARANHOS - Primeiramente, BIXA, subversiva e desconstrutora. Iniciou sua carreira acadêmica durante a Especialização em Estudos de Gênero e Diversidade na Escola, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde realizou pesquisa acerca das tecnologias contemporâneas de poder, analisando a relação entre a confissão de fé de identidades transexuais e a religião. Obteve seu Mestrado em Gestão do Conhecimento, no Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento (PPGEGC/UFSC), aprofundando seus estudos acerca da subjetividade humana, agora voltando-se ao escopo organizacional, onde desenvolveu o MoDOS - Modelo conceitual para o Desenvolvimento de Organizações Saudáveis com base no Capital Humano e Capital Social, licenciado sob o *Creative Commons* BY-SA 4.0©. Sua pesquisa lhe possibilitou a conquista de Aprovação com Louvor durante sua defesa, além da conquista da Menção Honrosa no Prêmio SBGC de Teses e Dissertações, durante o 16º Congresso Brasileiro de Gestão do Conhecimento – KM Brasil, de 2021. Atualmente é pessoa pesquisadora do Grupo de Pesquisa Inovação em Ciência e Tecnologia (CoMovI), integrando as linhas de pesquisa *Diversidade, diferenças e integralidade humana nas organizações* e *Organizações saudáveis*, bem como do Laboratório Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão em Sexualidades (AFRODITE), atuando nas linhas *Corporalidades, gêneros, diversidade sexual e saúde; Gêneros e sexualidades: interseccionalidades e interferências culturais; e Educação continuada em gêneros e sexualidades no sistema educacional e assistência à saúde*; ambos vinculados à UFSC/CNPq. Pessoa professora convidada das disciplinas Tópicos Especiais: Diversidades nas Organizações e suas Práticas de Gestão e Tópicos Especiais: Gestão de Pessoas e Programas de Diversidades no Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina. É pessoa Cofundadora e Líder de Diversidades, Inclusão e Educação do Instituto Asú. Atua como pessoa conteudista, consultora, palestrante e (desin)formadora para organizações públicas, privadas e do terceiro setor. Atuou em municípios catarinenses com formação continuada para mais de mil docentes da rede pública na área de diversidade e sexualidades na escola (ensino infantil ao médio). Possui experiência nas áreas de: integralidade humana, interseccionalidade, pedagogia crítica e transformadora, tecnologias contemporâneas de poder, diferenças e diversidade na escola, sexualidades na educação, formação docente, diversidades sexuais, diferenças e diversidade nas organizações, educação continuada em diversidade, organizações saudáveis. É pessoa autora de capítulos de livros, de artigos em anais de eventos e em periódicos nacionais e internacionais.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afro-brasileiro 12

Anarquismo 65, 66, 70, 71, 72, 75, 76, 77

Arte 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 75

Autogestão 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77

C

Casamento 5, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89

Colonização 43, 49, 50, 84

Comunismo 111, 114, 116, 117, 118

Constituição 14, 17, 49, 50, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 117

Cultura 1, 10, 12, 14, 18, 21, 22, 24, 28, 30, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 70, 105

D

Direitos civis 110, 111, 113, 116, 117, 119

Ditadura militar 1, 104

Diversidade cultural 29, 30, 31, 34, 37, 39, 40, 41, 54, 62

E

Educação 21, 29, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 104, 105, 112, 117, 118, 121

Ensino 28, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 78, 89, 101, 104, 105, 116, 117, 121

Escravidão 11, 43

Espaços 1, 13, 14, 17, 41, 56, 104, 112, 113, 117, 118

Expressão de gênero 2

F

Família 7, 8, 13, 23, 56, 62, 63, 67, 78, 79, 83, 100, 104, 105

G

Gênero 2, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 17, 18, 41, 121

Governo 13, 21, 49, 70, 74, 76, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 113, 117

Governo provisório 100, 102, 103

H

Heterogestão 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75

História 1, 1, 7, 9, 10, 12, 17, 18, 21, 25, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 35, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 76, 78, 79, 80, 83, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 99, 106, 107, 108, 110, 111, 119, 120

Humanidade 8, 35, 43

I

Idade média 78, 79, 80, 85, 87, 88, 89

Igreja 26, 45, 49, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 92, 93, 94, 97, 101, 104, 105

Imprensa 1, 2, 14, 108

Integração 21, 110, 111

Intolerância 49, 93, 99

L

Lugar 11, 12, 17, 26, 28, 33, 37, 44, 60, 70, 80, 83, 94, 105

M

Macarthismo 110, 111, 113, 114, 115, 118, 119

Micro história 1

Movimentos civis 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119

Mulher 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 62, 79, 83, 85, 86, 87

Mulheres 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 31, 50, 54, 70, 81, 85

N

Normatização 78, 85, 89

P

Poder 1, 3, 13, 33, 45, 51, 68, 69, 70, 73, 76, 77, 79, 80, 82, 84, 86, 88, 89, 93, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 114, 121

Política 1, 2, 5, 19, 20, 21, 22, 28, 48, 51, 66, 68, 74, 76, 80, 100, 103, 104, 105, 107, 108, 110, 112, 113, 114, 116, 117

Protagonismo 26, 53, 54, 63

R

Racismo 53, 54, 55, 56, 57, 59, 61, 63, 64, 99

Relações étnico-raciais 53, 54, 57

Religiões 13, 39, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52

Religiões afro-brasileiras 43, 44, 48, 49, 50, 51, 52

Representações sociais 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42

República 21, 88, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108

S

Samba 10, 11, 12, 14, 16, 17, 18, 21, 25

Sociedade 1, 14, 15, 16, 21, 22, 26, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 44, 45, 48, 50, 51, 55, 56, 59, 66, 67, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 85, 86, 87, 88, 105, 111, 113, 116, 117, 118

Supremacia branca 110

T

Teoria queer 1, 8





Territórios 20, 83, 101, 116

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade

3



 www.arenaeditora.com.br
 contato@arenaeditora.com.br
 @arenaeditora
 www.facebook.com/arenaeditora.com.br






Atena
Editora
Ano 2022

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade

3



 www.arenaeditora.com.br
 contato@arenaeditora.com.br
 @arenaeditora
 www.facebook.com/arenaeditora.com.br


Ano 2022